

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DA LUSOFONIA OU A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

*António M. Brilhante SOBRAL**

RESUMO: Diante do contemporâneo processo de internacionalização das economias nacionais que presenciamos, um rearranjo estratégico de forças, poderes e instituições, de espaços culturais e nacionais está em curso. As nações seriam cada vez menos “*políticas*” e cada vez mais “*culturais*”, bem como o tipo de interação entre elas. Dentro deste contexto, este trabalho sugere que o uso da língua portuguesa seria cada vez mais um elemento privilegiado de inserção em distintos e distantes espaços regionais, formando sistemas culturais de extensão global. O uso da língua portuguesa contribuiria para a formação estratégica de novas fronteiras, de continuidades culturais. Assim, o fortalecimento de uma identidade cultural baseada na lusofonia teria assim uma importância estratégica e urgente.

Palavras-chave: Globalização; Relações internacionais; Lusofonia; Nação; CPLP

Os progressos vertiginosos da Técnica alteraram completamente o quadro da anterior concepção de equilíbrio mundial saído da 2ª Grande Guerra. A sua superação levou a conceitos novos, como a de “*Grandes Espaços*” e, sobretudo, à ideia de que o equilíbrio entre estes, para se fazer sem o sacrifício da liberdade dos povos¹, carece de realizar-se à escala planetária, como nos diz

(*) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa/Portugal.

(1) Em entrevista ao *Novo Jornal de Cabo Verde*, (23/6/94), sobre a CPLP, definimos Povo como toda a sociedade agregada em torno de uma cultura e mundividência proporcionadas pela

Edgar Morin em *Terra-Pátria*. E que esse equilíbrio de poderes pressupõe sempre arranjos secundários de forças, traçados também à mesma escala.

Ora, a todos estes globalismos que relacionam forças com ideias está subjacente o conceito de poder entendido à maneira de Hobes, como “(...) *o meio de obter qualquer bem aparente futuro*”, ou como diz Bertrand Russell, com a estratégia do “(...) *conjunto dos meios que permitem conseguir os efeitos desejados*”. (vide, *Poder, uma nova análise social*, Col. ‘Problemas’, Ed. Fragmentos, 1990).

Neste sentido está a inevitável e desejável internacionalização da nossa economia, através da total inserção no sistema europeu de livre circulação de mercadorias, serviços e capitais, que nos obriga a um equilíbrio que está cada vez mais dependente do jogo constante das negociações internacionais. Isto é, pelo menos no pleno económico, já alienamos importantes fundamentos da soberania nacional. E neste contexto somos cada vez menos uma “*nação política*” e, por falta desta, (é lamentável só agora nos darmos conta), somos, cada vez mais, uma “*nação cultural*”.

Num mundo onde se registram fortes tendências para a associação de Estados em sistemas supranacionais, o uso do português em diferentes regiões do planeta, surge como um possível elemento de reforço das posições de cada Estado lusófono nas suas inserções, não excluentes, noutros espaços regionais. Fundamentalmente porque, dentro das perspectivas de globalização e de regionalização, mormente de natureza económica, surgem perspectivas de natureza cultural em que o uso da língua comum tem um papel primordial, se tivermos em conta, como limite, a percepção catastrófica de Samuel Huntington, de que o mundo de hoje, flutuante, tende, no futuro, para conflitos civilizacionais. (vide, revista *Veja*, num. 1306, p. 135). Ou, melhor, que as grandes divisões da humanidade e a fonte predominante de conflito serão de base cultural, ao contrário do que pensava Francis Fukuyama quando proclamou o fim da história anunciando a paz kantiana².

utilização natural de uma língua comum. Essa identidade colectiva é, portanto, um processo activo de expressão solidária de significados, pelo qual uma sociedade actualiza as suas relações com a sociedade global.

Interessa-nos, também, a noção de Povo estabelecida por Karl Deutsch em *Política e Governo*, Col. Pensamento Político, (n.º 9), Ed. Universidade de Brasília, 1983: “(...) *É um grupo com hábitos complementares de comunicação, cujos membros partilham geralmente a mesma linguagem, e possuindo sempre uma cultura semelhante, de modo que todos os membros do grupo atribuem o mesmo significado às palavras. Nesse sentido, um povo é uma comunidade de significações partilhadas*”.

- (2) No dia 8 de Novembro de 1995, a Guiné-Bissau conquistou na Assembléia Geral das Nações Unidas, uma das dez vagas para membros não permanentes do Conselho de Segurança. O

Acreditamos, portanto, ser esta a tendência que caracteriza a geração da informação em que vivemos e é, por isso, nesse sentido que vamos estudar, com vista ao futuro, a missão histórica da língua portuguesa. (vide, *O Mito dos Caracteres Nacionais*, “Expresso”, 1990).

No entretanto a anglofonia e a francofonia, só para citarmos o desenvolvimento dos sistemas culturais mais visíveis, comportam-se globalmente de forma concorrencial e agressiva. Tanto uma como outra tendem a ocupar os espaços vazios ou debilitados de poder cultural e social, logo também económico. E mais do que isso, actuam em África, por exemplo, como colonizadores culturais daquilo que foi a própria retaguarda metropolitana. E essa agressividade vem não apenas do aparelho governativo mas, cada vez mais, dos poderes económicos e sociais da sociedade civil.

O ensino e o uso da língua constituem um dos temas centrais da sua política externa que tem sido potenciado como forma de resistência ou de “*fronteira*” em como meio de preservar e aumentar o seu prestígio internacional. O British Council e a Alliance Française, por um lado, e as chamadas (“*auto-estradas da informação*” áudio e visuais, por outro, são utilizadas não só como instrumentos de enculturação mas também como instrumentos políticos, que consolidam e conquistam um espaço cada vez mais importante. Portanto, fazendo jus às afirmações de Medeiros Ferreira, que “(...) *são as relações internacionais que dão conteúdo à situação estratégica de um Estado soberano*” (vide, *Portugal em Transição - Notas de política internacional e de política de defesa*, Publ. Pandora, Aveiro. 1985).

É nesta perspectiva que interpretamos, como exemplo recente, a Assembleia da Commonwealth que integrou o lusófono Moçambique, e a VI Conferência francófona, na República do Benin, onde a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe se fizeram representar pelas altas instâncias de cada Estado.

Ora bem, é nesta perspectiva de globalização que consideramos urgente aproximar, “*orgulhosamente*”, a teoria da estratégia nacional da teoria das relações culturais internacionais, para que essa estratégia possa compreender a zona dos valores intangíveis que constituem, afinal, o seu factor dinâmico. É pois fundamental que Portugal assuma as suas responsabilidades culturais, pelo menos, para com os povos que se reconhecem como pertencentes à cultura de expressão lusófona, como um dever moral.

Embaixador deste país em Lisboa, Adelino Mano Queta, destacou publicamente a grande solidariedade manifestada entre os países de língua portuguesa, que fizeram campanha no sentido de favorecer a eleição da Guiné-Bissau para o mandato 1996/97, neste Conselho.

Aliás, a defesa destes valores está prevista na Resolução do Conselho de Ministros, num. 10/85, de 31 de Janeiro, que aprova o “*conselho estratégico*” de defesa nacional. No que se refere à questão da defesa da identidade nacional, estatua o estabelecimento “(...) *da coesão interna através do fortalecimento da consciência nacional e do desenvolvimento dos valores éticos, morais e culturais que historicamente a formam (...) e lhe dão razão de ser*”, (II, 1); “(...) *a manutenção e o reforço da vontade nacional visando a independência e a determinação da Nação em bater-se pela mesma sempre que necessário*”, visando “(...) *contribuir para a consciência colectiva, da importância e do significado dos valores históricos e culturais da Nação, bem como para incentivar o florescimento livre da cultura portuguesa enquanto traço de união e sinal de coesão e de identidade nacional*”, (III, 2.c).

Ora, a evidência duma identidade cultural lusófona no espaço luso-afro-brasileiro ou, se quisermos, o reconhecimento duma grande cultura comunicacional que tem a maioria dos seus comungantes ao sul da linha do equador, deveria ser reconhecida naquele “*conceito estratégico*” de defesa nacional, apesar da descontinuidade geográfica. E é, sem dúvida nenhuma, justificação suficiente para a constituição duma Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A este propósito, tivemos já oportunidade de emitir esta opinião em entrevista ao jornal *O Lusófono*, da AAUL, em Maio de 1995. Aí referimos que os progressos tecnológicos vêm agora reconceptualizar a noção de “*grandes espaços*”, amputando-a da condição duma contiguidade geográfica, mesmo até para comunidades de cariz económico.

É pois fundamental assumir os nossos compromissos e direitos euro-atlânticos e participar responsabilmente na construção da União Europeia, mas invocando sempre e potenciando por isso e, até, porque não, para isso, a nossa condição de representantes no hemisfério norte da maior cultura comunicacional do hemisfério sul.

De fato, como diz Carlos Maciel, (vide, “*Português, língua estrangeira. Considerações sobre a construção da nossa imagem por nós e pelos outros*”, In: *Homenagem a Eduardo Lourenço*, ³, “Colectânea de Estudos”, ICALP, 1992, p. 62): “(...) *a lusofonia é o quinto espaço planetário em termos demográficos, (...) a língua portu-*

(3) A propósito de Eduardo Lourenço, esta nota de rodapé para, relativamente ao tema tese, concordar com as suas palavras, In: *O Labirinto da Saudade*, Círculo de Leitores, 1988, p. 116: “*Aceitemo-nos com a carga inteira do nosso passado que de qualquer modo continuará a navegar dentro de nós. Mas não autorizemos ninguém a simplificar e a confiscar para benefício dos privilegiados da fortuna, do poder ou da cultura uma imagem de Portugal, mutilada e mutilante através da qual nos privamos de um futuro cuja definição e perfil é obra e aposta da comunidade inteira e não dos seus guias providenciais!*”

guesa é a terceira língua europeia mais falada no mundo”, com mais de 200 Milhões de locutores. “(...) o território lusófono é também o quinto do mundo, (...) o português é uma das três línguas verdadeiramente presentes em três continentes”, pelo menos com o inglês e o francês, “(...) é a língua mais falada na América do Sul, e (...) economicamente, o grupo lusófono ocupa a sétima posição mundial”.

Se, politicamente falando, na Europa temos mais direitos do que deveres, no Espaço Lusófono temos mais deveres do que direitos, culturalmente falando!

ABSTRACT: The paper draws the attention to the strategic importance of the cultural identity, based on language, to the reconstruction of the concept of nation and frontiers in contemporary world. Due to the process of internationalization of national economies, communities would be recognized lesser by political institutions and more by cultural aspects. So, the use and speech of the Portuguese language would be and new element of insertion in other regional spaces, by creating a worldwide cultural system on continuity. Action in this sense is urgent.

Keywords: Globalization; Lusophonie; International relations; Nation; CPLP.